



Cooperativa dos Bataticultores da Região de Vargem Grande do Sul – COOPERBATATA

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.088.592	13.518.421	Empréstimos e financiamentos	9	10.059.037	15.797.193
Contas a receber	5	6.590.423	6.557.319	Fornecedores	10	2.154.749	13.836.931
Estoques	6	15.207.872	30.568.931	Obrigações com cooperados	11	5.772.021	12.101.081
Adiantamentos		206.361	287.768	Venda para entrega futura	12	3.705.929	2.258.155
Tributos a recuperar	7	1.080.722	897.942	Obrigações sociais e tributárias		234.124	270.401
Outros ativos		-	301	Provisão para férias e encargos		412.050	325.976
Despesas antecipadas		61.058	58.899	Outros passivos		18.021	11.256
Total do ativo circulante		32.235.028	51.889.581	Total do passivo circulante		22.355.931	44.600.993
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	9	6.554.680	1.295.645
Contas a receber	5	-	6.000	Provisão para contingências	13	-	400.000
Depósitos judiciais		-	14.118	Total do passivo não circulante		6.554.680	1.695.645
Investimentos		9.780	9.692	Patrimônio líquido	14		
Imobilizado	8	16.667.290	11.215.304	Capital social		14.164.534	11.920.462
Intangível		6.297	8.905	Reserva legal		1.504.157	755.193
Total do não circulante		16.683.367	11.254.019	Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		217.651	304.900
				Reserva de expansão		773.282	-
				Sobras à disposição da AGO		3.348.160	3.866.407
				Total do patrimônio líquido		20.007.784	16.846.962
				Total do passivo e do patrimônio líquido		48.918.395	63.143.600
Total do ativo		48.918.395	63.143.600				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Cooperativa dos Bataticultores da Região de Vargem Grande do Sul – COOPERBATATA

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais

	Nota	2017	2016
Ingresso operacional líquido	15	49.576.218	60.248.649
Dispêndios com produtos, mercadorias e serviços vendidos		(39.159.563)	(47.944.906)
Sobra bruta		10.416.655	12.303.743
(Dispêndios) ingressos operacionais			
Dispêndios com pessoal	16	(4.454.527)	(4.306.565)
Dispêndios administrativos e comerciais	17	(2.059.431)	(2.996.840)
Dispêndios tributários		(191.561)	(250.425)
Outros ingressos operacionais		(15.616)	42.539
		(6.721.135)	(7.511.291)
Sobra antes do resultado financeiro		3.695.520	4.792.452
Resultado financeiro			
Ingressos financeiros		2.034.963	2.321.513
Dispêndios financeiros		(2.055.639)	(2.733.338)
	18	(20.676)	(411.825)
Sobra antes do imposto de renda e contribuição social		3.674.844	4.380.627
Imposto de renda	19	(31.022)	(30.518)
Contribuição social	19	(20.588)	(20.186)
Sobra líquida do exercício	14c	3.623.234	4.329.923
Constituição de reservas estatutárias:			
Reserva legal - 10%		(362.323)	(432.992)
RATES - 5%		(181.162)	(216.496)
Utilização da RATES		304.900	274.376
Transferência de resultado com terceiro para RATES	26	(36.489)	(88.404)
Sobra à disposição da AGO		3.348.160	3.866.407

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Cooperativa dos Bataticultores da Região de Vargem Grande do Sul –
COOPERBATATA**

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Sobra líquida do exercício	<u>3.623.234</u>	<u>4.329.923</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>3.623.234</u>	<u>4.329.923</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Cooperativa dos Bataticultores da Região de Vargem Grande do Sul – COOPERBATATA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em reais

	Capital social	Reserva legal	RATES	Reserva de expansão	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	11.252.775	322.201	274.376	-	1.572.397	13.421.749
Incorporação de sobras ao capital conforme deliberação AGO	1.572.397	-	-	-	(1.572.397)	-
Aumento de capital por admissões de cooperados	38.000	-	-	-	-	38.000
Baixas de capital por saídas de cooperados	(942.710)	-	-	-	-	(942.710)
Transferência do resultado com terceiros para o RATES	-	-	88.404	-	(88.404)	-
Utilização da RATES	-	-	(274.376)	-	274.376	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	4.329.923	4.329.923
Constituição de reservas estatutárias:						
Reserva legal	-	432.992	-	-	(432.992)	-
RATES	-	-	216.496	-	(216.496)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.920.462	755.193	304.900	-	3.866.407	16.846.962
Incorporação de sobras ao capital conforme deliberação AGO	2.706.484	-	-	-	(2.706.484)	-
Transferência de sobras p/ reservas, conforme deliberação AGO	-	386.641	-	773.282	(1.159.923)	-
Aumento de capital por admissões de cooperados	19.000	-	-	-	-	19.000
Baixas de capital por saídas de cooperados	(481.412)	-	-	-	-	(481.412)
Transferência do resultado com terceiros para o RATES	-	-	36.489	-	(36.489)	-
Utilização da RATES	-	-	(304.900)	-	304.900	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	3.623.234	3.623.234
Constituição de reservas estatutárias:						
Reserva legal	-	362.323	-	-	(362.323)	-
RATES	-	-	181.162	-	(181.162)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.164.534	1.504.157	217.651	773.282	3.348.160	20.007.784

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Cooperativa dos Bataticultores da Região de Vargem Grande do Sul – COOPERBATATA

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	3.623.234	4.329.923
Ajustes para conciliar a sobra líquida do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	705.043	715.670
Provisão para riscos e contingências	(400.000)	-
Juros provisionados e não pagos	139.086	215.237
Valor residual das baixas do imobilizado e intangível	-	46.148
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(27.104)	3.614.991
Estoques	15.361.059	1.439.817
Tributos a recuperar	(182.780)	(70.891)
Outros ativos, adiantamentos, despesas antecipadas	79.549	(289.885)
Depósitos judiciais	14.118	3.748
Fornecedores	(11.682.182)	(4.002.871)
Obrigações com cooperados	(4.881.285)	893.680
Obrigações sociais, tributárias e provisão de férias e encargos	49.796	137.407
Outros passivos	6.765	125.126
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	<u>2.805.299</u>	<u>7.158.100</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento dos investimentos	(88)	(2.409)
Aquisições do imobilizado e intangível	(6.154.421)	(208.377)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(6.154.509)</u>	<u>(210.786)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	19.911.525	16.682.175
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(20.529.732)	(21.921.736)
Aumento de capital por admissão de cooperados	19.000	38.000
Baixas de capital por saída de cooperados	(481.412)	(942.710)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos	<u>(1.080.619)</u>	<u>(6.144.271)</u>
(Redução) aumento das disponibilidades	<u>(4.429.829)</u>	<u>803.043</u>
Demonstrativo da variação das disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.088.592	13.518.421
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>13.518.421</u>	<u>12.715.378</u>
(Redução) aumento das disponibilidades	<u>(4.429.829)</u>	<u>803.043</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Cooperativa dos Bataticultores da Região de Vargem Grande do Sul – COOPERBATATA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa dos Bataticultores da Região de Vargem Grande do Sul, também denominada “Cooperbatata”, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus cooperados, tem por objetivo social o desenvolvimento qualitativo e quantitativo da produção rural associativa e venda de insumos agropecuários, armazenagem de grãos e análise fitopatológica de sementes para seus associados, podendo ainda efetivar a venda, em comum, dos produtos entregues pelos associados.

A Cooperativa contava com 258 e 269 cooperados no fim dos exercícios de 2017 e de 2016, respectivamente.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que



possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 2 de fevereiro de 2017.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma em respectiva nota explicativa.

c Moeda de apresentação e moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa. Todas as informações financeiras estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras quando ocorrem são incluídas nas notas explicativas.

7



3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Cooperativa, nessas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. Salvo quando indicado de outra forma em nota explicativa.

a Reconhecimento de ingressos e receitas

O ingresso/receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/receita é apresentado líquido dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

a.1 Venda de produtos

A Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa.

a.2 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

b Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.



b.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. As aquisições ou alienações de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data da renegociação. A Cooperativa somente possui ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

b.2 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis compreendem o caixa e equivalentes de caixa e as contas a receber.

A Cooperativa baixa um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para outra entidade.

b.3 Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Cooperativa tem como passivo financeiro os empréstimos e financiamentos, fornecedores, e obrigações com cooperados.



Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa.

d Contas a receber

Correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. São apresentadas aos valores presente e de realização e segregados e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, quando aplicável.

e Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é baseado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e inclui gastos para a aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor líquido de realização corresponde ao preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Cooperativa.

f Investimentos

Avaliados pelo custo de aquisição e ajustado ao valor justo, são representados substancialmente por ações adquiridas de instituições financeiras e pelas cotas de participação na Sicredi União PR/SP.



g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada bem. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Representado por gastos com softwares adquiridos separadamente e marcas e patentes, são reconhecidos pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada com base na vida útil estimável e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

i Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "Impairment")

A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando



estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

j Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos com vencimentos até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores, no passivo não circulante.

k Fornecedores e obrigações com cooperados

Correspondem as contas a pagar aos fornecedores e cooperados por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.



As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos ativos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base no lucro presumido, conforme as leis tributárias promulgadas pela Secretaria da Receita Federal, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O resultado decorrente das operações com cooperados é isento destes tributos.

o Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em

conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

q Provisão para contingências

A Cooperativa é parte envolvida em processos cíveis. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. As demandas com risco de perda classificado como provável são contabilizadas, as demandas com risco de perda possível são divulgadas em nota explicativa e as demandas com risco de perda remota não são divulgadas, conforme norma contábil específica.



r Capital social

As cotas de capital social de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido, conforme artigo 140, da Lei nº13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão, os valores das cotas são reclassificadas para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho e será devolvido conforme o Estatuto e a Legislação da Cooperativa.

s Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e numerários em trânsito	28.861	55.322
Bancos conta movimento	2.646.001	532.524
Aplicações financeiras	<u>6.413.730</u>	<u>12.930.575</u>
	<u>9.088.592</u>	<u>13.518.421</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.



5 Contas a receber

Descrição	2017			2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Duplicatas a receber	6.590.423	4.396.435	10.986.858	6.557.319	3.965.087	10.522.406
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (I)	-	(4.396.435)	(4.396.435)	-	(3.959.087)	(3.959.087)
	6.590.423	-	6.590.423	6.557.319	6.000	6.563.319

(I) As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram calculadas com base nas análises de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos cooperados, as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação dos consultores jurídicos. As perdas estimadas apuradas pela Administração da Cooperativa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de contas a receber.

No saldo de contas a receber no ativo circulante, estão incluídas as vendas para entrega futura no montante de R\$ 3.705.929 (R\$ 2.258.155 em 2016) registrado no passivo circulante conforme nota explicativa 12.

A Cooperativa avaliou o ajuste a valor presente das contas a receber nas datas dos balanços e concluiu que não geram efeitos materiais nas demonstrações financeiras.



6 Estoques

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Mercadorias para revenda	9.726.021	18.647.475
Mercadorias de terceiros em poder da cooperativa (I)	5.176.084	11.620.529
Matérias-primas	131.396	18.015
Mercadorias em poder de terceiros	100.931	91
Produtos agrícolas,	73.440	282.821
	<u>15.207.872</u>	<u>30.568.931</u>

(I) O saldo corresponde a mercadorias já faturadas aos cooperados os quais as mantiveram armazenadas na Cooperativa para retirada futura. Este saldo de estoque está registrado em contrapartida da conta de obrigações com cooperados no passivo circulante (nota 11).

A Administração da Cooperativa avaliou e criticou seus estoques e concluiu que não há necessidade de registro de provisão para obsolescência de estoques e para estoques de movimentação lenta.

7 Tributos a recuperar

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2016</u>
ICMS	1.078.418	895.638
INSS	2.304	2.304
	<u>1.080.722</u>	<u>897.942</u>

A Administração da Cooperativa avaliou e criticou a realização dos créditos tributários e concluiu que não há necessidade de registro de provisão para não realização.

8 Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação	2017			2016		
		Custo	Depreciação acumulada	Total	Total	Total	
Terrenos	-	310.513	-	310.513	180.000	180.000	
Edificações	2%	7.785.256	(1.139.459)	6.645.797	6.652.626	6.652.626	
Instalações	10%	1.211.959	(443.636)	768.323	874.126	874.126	
Máquinas e equipamentos	De 3,33% a 25%	5.091.194	(2.291.831)	2.799.363	3.041.955	3.041.955	
Veículos	De 10% a 20%	752.778	(434.440)	318.338	375.866	375.866	
Equipamentos de Informática	De 10% a 20%	28.750	(21.342)	7.408	12.221	12.221	
Móveis e utensílios	De 10% a 25%	121.462	(65.273)	56.189	65.671	65.671	
Acessórios	De 10% a 25%	16.337	(10.874)	5.463	8.214	8.214	
Construções em andamento	-	5.755.896	-	5.755.896	4.625	4.625	
		21.074.145	(4.406.855)	16.667.290	11.215.304	11.215.304	

A Administração da Cooperativa revisou o valor residual e a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("impairment").

a Movimentação do imobilizado – custo

Descrição	Saldo		Saldo		Saldo		Saldo	
	1º/1/2016	Aquisições	Baixas	2016	Aquisições	Baixas	2017	Transferência
Terrenos	180.000	-	-	180.000	130.513	-	310.513	-
Edificações	7.647.117	-	-	7.647.117	131.050	7.089	7.785.256	-
Instalações	1.740.831	5.500	(529.028)	1.217.303	1.071	(6.415)	1.211.959	-
Máquinas e equipamentos	5.114.886	61.413	(132.870)	5.043.429	56.272	(24.549)	5.091.194	16.042
Veículos	733.509	132.520	(108.125)	757.904	55.000	(60.126)	752.778	-
Equipamentos de informática	102.392	600	(44.726)	58.266	2.924	(32.440)	28.750	-
Móveis e utensílios	141.942	-	(19.499)	122.443	3.189	(4.170)	121.462	-
Acessórios	36.716	4.178	(12.187)	28.707	-	(12.370)	16.337	-
Construções em andamento	-	4.625	-	4.625	5.774.402	-	5.755.896	(23.131)
	15.697.393	208.836	(846.435)	15.059.794	6.154.421	(140.070)	21.074.145	-

b Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	Saldo		Saldo		Saldo		Saldo	
	1º/1/2016	Adição	Baixas	2016	Adição	Baixas	2017	Transferência
Edificações	(877.914)	(116.577)	-	(994.491)	(144.968)	-	(1.139.459)	-
Instalações	(746.172)	(125.911)	528.906	(343.177)	(106.874)	6.415	(443.636)	-
Máquinas e equipamentos	(1.768.750)	(320.193)	87.469	(2.001.474)	(314.906)	24.549	(2.291.831)	-
Veículos	(380.750)	(109.413)	108.125	(382.038)	(112.528)	60.126	(434.440)	-
Equipamentos de informática	(72.667)	(18.062)	44.684	(46.045)	(7.737)	32.440	(21.342)	-
Móveis e utensílios	(62.039)	(13.531)	18.798	(56.772)	(12.671)	4.170	(65.273)	-
Acessórios	(27.541)	(4.798)	11.846	(20.493)	(2.751)	12.370	(10.874)	-
	(3.935.833)	(708.485)	799.828	(3.844.490)	(702.435)	140.070	(4.406.855)	-



9 Empréstimos e financiamentos

Finalidade	Encargos	Vencimento final	2017			2016		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Crédito rural	De 8,75% a 10,50%	17/03/2025	9.377.244	5.931.887	15.309.131	14.145.080	-	14.145.080
Procep	10,50%	15/12/2017	-	-	-	1.004.290	-	1.004.290
Finame	6,50%	15/05/2019	681.793	622.793	1.304.586	647.823	1.295.645	1.943.468
			10.059.037	6.554.680	16.613.717	15.797.193	1.295.645	17.092.838

Os encargos contratuais são os normais de mercado para as modalidades específicas. As garantias são avais dos diretores e penhores.



10 Fornecedores

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores (i)	<u>2.154.749</u>	<u>13.836.931</u>

- (i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar à fornecedores de insumos agrícolas, que são disponibilizados nas lojas da Cooperativa, adquiridos dos fabricantes, quando possível e conveniente, para que a Cooperativa possa oferecer as melhores condições de preço e prazo aos seus cooperados.

A Cooperativa avaliou o ajuste a valor presente de fornecedores nas datas dos balanços e concluiu que não geram efeitos materiais nas demonstrações financeiras.

11 Obrigações com cooperados

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Estoques de terceiros em nosso poder (i)	5.176.084	11.620.529
Adiantamento de cooperados	382.912	234.279
Capital a restituir a ex-cooperados	97.389	130.605
Sobras a distribuir	78.929	78.961
Outros débitos com cooperados	36.707	36.707
	<u>5.772.021</u>	<u>12.101.081</u>

- (i) O saldo corresponde a mercadorias faturadas a cooperados que encontram-se armazenados na Cooperativa.

A Cooperativa fatura as mercadorias aos cooperados e as mantém fisicamente e escrituralmente segregadas, como estoque de terceiros em poder da Cooperativa. O saldo está registrado em contrapartida da conta de Estoques conforme nota explicativa 6.

A Cooperativa avaliou o ajuste a valor presente de obrigações com cooperados nas datas dos balanços e concluiu que não geram efeitos materiais nas demonstrações financeiras.



12 Venda para entrega futura

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Venda para entrega futura (i)	<u>3.705.929</u>	<u>2.258.155</u>

- (i) O saldo é composto por valores referentes a produtos faturados à cooperados que serão entregues em data futura, conforme sua solicitação.

13 Provisão para contingências

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. A Administração e assessoria jurídica da Cooperativa considera o valor provisionado suficiente para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

<u>Descrição</u>	<u>Provisão para contingências</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Processos cíveis (i)	-	400.000
	<u>-</u>	<u>400.000</u>

- (i) O valor de provisão para contingência civil foi constituído em 2016 para fazer face à possível multa contratual por descumprimento da cláusula específica de consumo de produto junto ao fornecedor, entretanto com o encerramento do referido contrato em agosto do exercício de 2017 e a não existência de demanda administrativa ou judicial sobre o assunto, a administração da Cooperativa decidiu estornar a provisão tendo em vista não existir a obrigação.



14 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para reserva legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para reserva de assistência técnica, educacional e social - RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados, familiares e aos empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa;
- Além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar oportunamente outros fundos.

c Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e destinações estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto a sua destinação.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.



	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Sobra do exercício	3.623.234	4.329.923
Constituição de reservas estatutárias:		
Reserva legal - 10%	(362.323)	(432.992)
RATES - 5%	(181.162)	(216.496)
Utilização da RATES	304.900	274.376
Transferência de resultado com terceiro para RATES	(36.489)	(88.404)
Sobra à disposição da AGO	3.348.160	3.866.407

15 Ingresso operacional líquido

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vendas de produtos, mercadorias e serviços	50.162.143	60.997.632
Deduções do ingresso bruto		
Impostos incidentes sobre vendas	(150.265)	(246.426)
Devoluções e abatimentos: cooperados	(435.660)	(502.557)
	49.576.218	60.248.649

16 Dispêndios com pessoal

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários e honorários	(2.415.820)	(2.299.133)
Encargos sociais	(1.008.028)	(974.130)
Férias, 13º salário e indenizações	(550.687)	(506.634)
Vale alimentação	(135.902)	(138.899)
Prêmios e gratificações	(77.280)	(132.173)
Convenio médico/seguro de vida	(98.689)	(96.703)
Outros	(168.121)	(158.893)
	(4.454.527)	(4.306.565)



17 Dispêndios administrativos e gerais

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prestadores de serviços	(773.860)	(530.209)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	682.538	(589.734)
Manutenção de veículos e máquinas	(532.000)	(521.770)
Depreciação e amortização	(705.043)	(715.670)
Materiais de expediente e limpeza	(69.873)	(59.861)
Seguros	(135.466)	(134.622)
Comunicações	(87.851)	(111.768)
Água e energia elétrica	(46.931)	(33.225)
Aluguéis e arrendamento	(74.594)	(76.061)
Outros	(316.351)	(223.920)
	<u>(2.059.431)</u>	<u>(2.996.840)</u>

18 Ingressos (dispêndios) financeiros

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ingressos		
Juros incorridos	185.981	152.381
Descontos obtidos	1.095.139	1.164.339
Rendimentos de aplicações financeiras	753.843	1.004.793
	<u>2.034.963</u>	<u>2.321.513</u>
Dispêndios		
Juros incorridos	(1.854.277)	(2.201.326)
Descontos concedidos	(76.073)	(388.454)
Outros	(125.289)	(143.558)
	<u>(2.055.639)</u>	<u>(2.733.338)</u>
	<u>(20.676)</u>	<u>(411.825)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isento destes tributos. As operações com terceiros são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual. O imposto de renda e a contribuição social foram apurados por presunção.

Descrição	2017			2016		
	Vendas	Serviços	Total	Vendas	Serviços	Total
Base de cálculo	984.307	477.492	1.461.799	1.197.456	297.983	1.495.439
Base de cálculo presumida - (8% Vendas / 32% Serviços)	78.745	152.797	231.542	95.796	95.355	191.151
Imposto de Renda - 15%	11.812	17.119	28.931	14.369	12.320	26.689
Adicional do Imposto de renda - 10% (que exceder a R\$ 60 mil no trimestre)	2.091	-	2.091	3.829	-	3.829
IRPJ 15% + 10%	13.903	17.119	31.022	18.198	12.320	30.518
Base de cálculo presumida - (12% Vendas / 32% Serviços)	118.117	152.797	270.914	143.695	95.355	239.049
Contribuição Social - 9%	10.630	9.958	20.588	12.932	7.254	20.186
	24.533	27.077	51.610	31.130	19.574	50.704

20 Benefícios a empregados

A Cooperativa provê a seus empregados benefícios de auxílio educação, vale alimentação, assistência médica, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Estes benefícios são registrados como despesas, quando incorridos. A Cooperativa não possui benefícios de longo prazo ou benefícios pós-emprego com seus empregados.





21 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal).

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2017:

a Transações comerciais

As transações comerciais com essas pessoas são realizadas em condições normais, portanto, nas mesmas condições dos demais cooperados em transações idênticas. Os saldos das partes relacionadas com a Cooperativa são os seguintes em 31 de dezembro de 2017:

<u>Natureza da operação</u>	Membros da Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal	Total
Contas a receber – R\$	11	11
Obrigações com cooperados – R\$	247	247
Produção agrícola armazenada		
Milho – Qtde. de sacas	36.976	36.976

b Remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal

O montante com remuneração dos membros da Diretoria Executiva, no exercício de 2017 perfaz o montante de R\$ 102.544.



22 Gerenciamento de riscos

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os riscos de variação de preço, de taxa de juros, de liquidez, de crédito e de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram estimadas as perdas com créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração da Cooperativa, que faz o gerenciamento no sentido de minimizá-los mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos permanentes.

23 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados e capital a restituir, estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. O controle desses instrumentos é efetuado através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Administração da Cooperativa não realizou nos exercícios de 2017 e 2016, operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

24 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.



25 Produção agrícola armazenada

A Cooperativa possui em seus armazéns produção agrícola de propriedade de cooperados para futura comercialização dos seguintes produtos:

Produto	Unidade	Quantidade	
		2017	2016
Milho em grãos	Saca	143.373	200.407
Soja em grãos	Saca	25.342	31.935

A Cooperativa é responsável pela guarda dos estoques, sendo os serviços prestados remunerados pela taxa de armazenagem.

26 Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com terceiros apresentadas em atendimento à Lei 5.764/1971.

	2017			2016		
	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total
Ingresso operacional bruto						
Vendas de produtos e mercadorias	42.880.743	984.485	43.865.228	54.480.303	1.197.456	55.677.759
Prestação de serviços	5.204.569	477.492	5.682.061	4.335.330	297.983	4.633.313
Outros Ingressos	499.853	-	499.853	618.760	-	618.760
Trabalho Voluntário	115.000	-	115.000	67.800	-	67.800
	48.700.165	1.461.977	50.162.142	59.502.193	1.495.439	60.997.632
Deduções do Ingresso bruto						
Impostos incidentes sobre vendas	(108.937)	(41.327)	(150.264)	(240.388)	(6.038)	(246.426)
Devoluções e abatimentos	(435.660)	-	(435.660)	(502.557)	-	(502.557)
	(544.597)	(41.327)	(585.924)	(742.945)	(6.038)	(748.983)
Ingresso operacional líquido						
Dispêndios com produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados	48.155.568	1.420.650	49.576.218	58.759.248	1.489.401	60.248.649
	(38.018.256)	(1.141.307)	(39.159.563)	(46.770.256)	(1.174.650)	(47.944.906)
Sobra/ lucro bruto	10.137.312	279.343	10.416.655	11.988.992	314.751	12.303.743
(Dispêndios) Ingressos operacionais						
Dispêndios com pessoal	(4.324.700)	(129.827)	(4.454.527)	(4.201.054)	(105.511)	(4.306.565)
Dispêndios administrativos e comerciais	(1.998.617)	(60.814)	(2.059.431)	(2.937.003)	(59.837)	(2.996.840)
Dispêndios tributários	(191.561)	-	(191.561)	(250.425)	-	(250.425)
Outros Ingressos/ dispêndios operacionais	(15.616)	-	(15.616)	42.539	-	42.539
	(6.530.494)	(190.641)	(6.721.135)	(7.345.943)	(165.348)	(7.511.291)
Sobra antes do resultado financeiro	3.606.818	88.702	3.695.520	4.643.049	149.403	4.792.452
Resultado financeiro	(20.073)	(603)	(20.676)	(401.530)	(10.295)	(411.825)
Sobra/ lucro antes da tributação	3.586.745	88.099	3.674.844	4.241.519	139.108	4.380.627
Imposto de renda e contribuição social						
Imposto de renda	-	(31.022)	(31.022)	-	(30.518)	(30.518)
Contribuição social	-	(20.588)	(20,588)	-	(20,186)	(20,186)
	-	(51.610)	(51,610)	-	(50,704)	(50,704)
Sobra/ lucro líquido do exercício	3.586.745	36.489	3.623.234	4.241.519	88.404	4.329.923

A movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos e dispêndios. Aquela originada do ato não cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.

Lucas Ramos Ranzani
Diretor Presidente

Carlos Alberto de Oliveira Filho
Diretor Vice-Presidente

Lucas Aparecido Ferreira
Contador - CRC - 1SP 294.907/O-0